

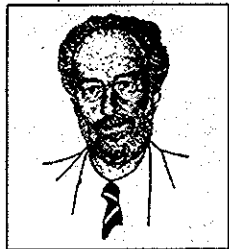
WASHINGTON NOVAES

Rumo ao indesejável?

Quanto custarão ao poder público as enchentes que afligem a vida dos paulistanos, assim como as que atormentam as populações de cidades do interior paulista e de outros Estados? E quem pagará por isso? As pessoas e/ou empreendimentos responsáveis pelos fatores que levaram a esses dramas? Quem vendeu lotes em áreas de preservação ambiental, quem foi conivente com a invasão de áreas de risco, quem mandou jogar esgotos in natura nos cursos d'água, quem despejou efluentes industriais sem tratamento, quem não recolheu todo o lixo e o deixou vazar para os rios, quem desmatou as margens e provocou assoreamento? Ou os custos serão repassados para a administração pública e, por esta, a quem paga impostos? Assim não se concentra renda de um lado, em favor de quem descumpra a legislação, e não se pune com mais impostos os inocentes e as vítimas?

Retomando o tema do artigo da semana passada, assim será enquanto não se promover a chamada internalização dos custos ambientais em todas as atividades de governo e privadas. Na verdade, enquanto meio ambiente não for o ponto de partida de qualquer ação humana – já que tudo acontece no meio físico, na terra, na água e no ar –, e não um remendo no fim da linha, “correndo atrás do prejuízo”. Enquanto meio ambiente não for a base das estratégias nacionais, não puder dizer no momento correto o que é ou não é mais adequado para o País em termos econômicos e sociais. Enquanto não se sair do discurso ambientalmente correto para uma prática profícua.

Neste início de um novo mandato presidencial, o discurso do novo ministro da área apresentou como um dos objetivos centrais exatamente



País terá de repensar estratégias, partindo da gestão do meio físico, do ambiente

“internalizar a questão ambiental nas políticas macroeconômicas”. E a proposta de reformulação do ministério não só diz que “o meio ambiente deve ser estratégico no âmbito das políticas públicas”, como prevê, em uma das quatro secretarias a ser ali instituídas – a de Meio Ambiente e Produção –, “criar instrumentos para a contabilidade e a

valorização econômica dos recursos ambientais”.

Resta esperar para ver o que acontece na prática. Enquanto isso, talvez seja útil verificar o que o próprio governo federal já constatou, por meio de vários estudos, entre eles “Desafios da proteção ao meio ambiente”, que constam dos dois volumes de *O Brasil na Virada do Milênio – Trajetórias do Crescimento e Desafios do Desenvolvimento*, publicados pelo Ipea no fim de 1998.

Também ali se considera indispensável a “inserção da dimensão ambiental nos modelos de crescimento”, embora talvez fosse mais apropriado propor que os modelos de crescimento é que devam partir da dimensão ambiental. De qualquer forma, está registrado ali que, “enquanto as formas de capital material podem ser reproduzidas pelo crescimento do produto, o capital natural tende a decrescer e impor restrições ao crescimento futuro, criando, conseqüentemente, condições de não sustentabilidade do crescimento e problemas de bem-estar para gerações futuras”.

O estudo chega a computar o que seria o capital natural consumido em um único ano (1990): US\$ 10,3 bilhões, “equivalentes a 2,4% do PIB de 1990”. Nesse total, 1% refere-se à poluição hídrica e 1,4% “está associado às perdas de recursos do solo agrícola e florestal”, ou seja, ao desmatamento e à erosão do solo em conseqüência de cultivos plantados. O próprio Ipea, en-

tretanto, sugere que essas perdas devem ser bem maiores, se incluírem também as perdas por causa da degradação.

Mais grave ainda, lembra o estudo que, “dado o declínio da taxa de investimentos brasileira, é provável que os 2,4% do PIB exigidos para compensar totalmente o capital natural consumido não tenham sido realizados. Nessas condições, se o nível de inversões na economia brasileira não se recuperar o suficiente para compensar o consumo de capital natural, o País poderá ingressar em uma trajetória não sustentável de crescimento”.

Quem consultar, em outra parte do mesmo estudo, a evolução das taxas de investimento e poupança nacionais verificará que esta última, entre 1991 e 1996, depois de um pequeno aumento que a levou de 18,40% do PIB para a média de 19,32% em 1991/94, voltou a cair para 15,7% em 1996. Já a taxa de investimento, que estava em 18,77% em 1991, depois da média 19,13% em 91/94, voltou a cair para quase o mesmo nível de cinco anos antes, ao situar-se em 1996 em 19%.

Portanto, o nível de inversões preconizado pelo PIB não se consumou ao longo desse período. O que leva à suposição de que se tenha entrado nessa indesejável trajetória de crescimento não sustentável. Que pode ainda se agravar, após anos de baixo crescimento do PIB, com o ingresso em um período recessivo. E isso ainda sem falar que seria preciso considerar, no cálculo desse PIB, vários outros fatores: 1) o crescimento populacional, ainda que declinante; 2) não terem sido deduzidos desse crescimento do PIB os custos ambientais, a depleção e a degradação de recursos; 3) possível subestimativa dessa depleção e da degradação, tendo em vista a precariedade de certas estatísticas.

Iniciativas mencionadas no estudo, que poderiam eventualmente minimizar as perdas de capital natural, por ora estão no terreno das hipóteses ou da frustração. A cobrança pela outorga e uso de recursos hídricos, ainda na dependência de regulamentação,

poderá frustrar-se em grande parte, dados os rumos que vem tomando, já comentados neste espaço. Já o Protocolo Verde – que pretendeu condicionar o crédito e benefícios fiscais à observância de exigências ambientais – tem sido objeto de avaliações que apontam muito mais para a frustração de objetivos que para bons resultados. As recentes medidas provisórias presidenciais, que determinaram retrocessos graves tanto na punição de crimes ambientais quanto na questão de manter reservas legais em propriedades agrícolas/florestais, com certeza contribuirão ainda mais para torná-lo inócuo.

Vive-se, portanto, em matéria ambiental, um momento crítico, em que os problemas econômicos e de competitividade levam a relegar para segundo plano as questões ambientais. Com isso, acumula-se e agrava-se um passivo que aponta para a insustentabilidade no médio e longo prazo. Com a imprevisão e a imprudência contribuindo para piorar a situação. Ainda mais tendo em vista que as exportações nacionais sofrem cada vez mais com as exigências ambientais no exterior, que já atingem pelo menos um terço dos nossos produtos.

Seria ilusório pensar que a solução possa vir de expedientes apressados ou remendos. O País terá de repensar suas estratégias e modelos, partindo exatamente da gestão do meio físico, da prioridade que se atribua à questão ambiental. Se se conseguir formular uma estratégia em que as nossas especificidades tropicais se tornem a grande possibilidade e vantagem comparativa, encontraremos o rumo. Senão, seguiremos a trajetória apontada pelo estudo do Ipea, já evidente em alguns setores.

A escolha é nossa. O bom senso indica a necessidade de investir em comunicação, para abrir um diálogo com a sociedade e conscientizá-la dessa necessidade, para que possa aderir a essa mudança, viabilizá-la politicamente, torná-la irreversível.